

## Paper do NAEA Volume 28

# Os circuitos da economia: elementos para pensar o planejamento urbano e regional na Amazônia<sup>1</sup>

*Gabriel Carvalho da Silva Leite<sup>2</sup>*



### RESUMO

O presente artigo propõe uma análise de algumas das potencialidades e das contribuições da teoria dos circuitos da economia urbana, formulada pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, para pensar o planejamento urbano e regional na Amazônia. A partir de alguns estudos e pesquisas voltados para a realidade regional e inspirados naquela teoria busca-se, na presente discussão, apontar elementos para pensar o planejamento urbano e regional nessa porção do território nacional. Nesse sentido, a análise evidencia a relevância urbano-regional do circuito inferior na Amazônia; a importância da incorporação dos tempos lentos ao planejamento da região; a destacada atuação do circuito superior marginal na rede urbana amazônica; e os desafios impostos ao planejamento regional e urbano em espaços de modernização agrícola e de agronegócio globalizado. Por fim, ressalta-se a necessidade de uma apreciação mais ampla e sistemática das contribuições do conjunto da obra de Milton Santos para o campo de estudos em referência.

**Palavras-chave:** Circuitos da economia. Planejamento urbano e regional. Amazônia. Milton Santos.

---

1 O presente artigo é resultado de uma reflexão inicial realizada no âmbito do projeto de mestrado intitulado “Por um ordenamento cívico do território: uma reflexão crítica do planejamento urbano e regional a partir da obra de Milton Santos”, orientado pelo Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFGPA).

2 Bacharel e licenciado em Geografia pela UFGPA, mestrando em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFGPA. E-mail: gabrielcarvalholeite16@gmail.com.

**ABSTRACT**

This article proposes an analysis of some of the potentialities and contributions offered by the theory of the circuits of the urban economy, formulated by the Brazilian geographer Milton Santos, to think about the urban and regional planning in the Amazon. From some studies oriented to this regional reality inspired by that theory, the present discussion aims to point out elements to think about the urban and regional planning in this part of the national territory. In this sense, the analysis shows the urban-regional relevance of the lower circuit in the Amazon; the importance of incorporating the slow times into regional planning; the relevant activity of the marginal upper circuit in the Amazonian urban network; and the challenges imposed on regional and urban planning in areas of agricultural modernization and globalized agribusiness. Finally, the need for a broader appreciation of Milton Santos' contributions to the field of study in question is emphasized.

**Keywords:** Circuits of the economy. Urban and regional planning. Amazon. Milton Santos.

.

## INTRODUÇÃO

Diante dos desafios contemporâneos que se impõem ao desenvolvimento regional na Amazônia, são frequentes os discursos que concebem o planejamento como atividade imprescindível à intermediação dos conflitos e ao equacionamento de problemáticas de ordem econômica, ambiental ou social. Não raro, leituras de natureza tecnocrática tendem a ver nos diversos instrumentos de planejamento hoje à disposição de gestores e pesquisadores – dos Planos Diretores Municipais ao Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal – verdadeiras panaceias dotadas do potencial de resolução das dissensões e dos problemas.

O aspecto problemático nas leituras em referência não está na atribuição de importância ao planejamento, pois este, de fato, constitui atividade imprescindível de projeção de cenários futuros (SOUZA, 2006); está, em vez disso, no discurso do planejamento como instrumento técnico autônomo e neutro que dispensa qualquer esforço sério de teorização sobre a realidade. Assim, reproduz-se um discurso genérico sobre o planejamento na Amazônia, sem nenhum tipo de definição de suas fundamentações teóricas e mesmo de explicitação de seu conteúdo político.

A propósito da indissociabilidade entre a teoria e o planejamento, Oliveira (1981) argumenta ser impossível a formulação de uma teoria do planejamento propriamente dita, dado que os esforços de teorização devem ser direcionados aos processos sociais, e não às formas por eles assumidas. Assim, um planejamento coerente e aberto ao diálogo e ao escrutínio críticos precisa estar solidamente fundamentado em proposições teóricas e analíticas que lhes forneçam os adequados subsídios à compreensão das dinâmicas sociais.

O presente artigo pretende ser uma contribuição para a discussão supramencionada mediante uma reflexão – ainda em estado inicial e parcial – sobre alguns dos elementos oferecidos pela teoria dos circuitos da economia urbana, proposta pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, para pensar o planejamento urbano e regional na Amazônia.

Embora tenha proposto explicitamente que a teoria dos circuitos também pretendia conformar um paradigma de planejamento – dado o fato de que o reconhecimento da segmentação estrutural das economias urbanas obriga à rediscussão crítica de teorias consagradas que serviram de base à planificação regional no “Terceiro Mundo” –, Santos ([1979] 2008) reconheceu não ter ido tão longe nesse aspecto<sup>3</sup>, isto é, no delineamento das implicações dessa teoria para os esforços de planejamento urbano e regional.

Nos idos de 1975, ano em que apresentou pioneiramente sua proposição teórica inovadora, apenas a seção final do livro “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”<sup>4</sup>, denominada “Problemas teóricos e de planificação”, foi consagrada mais detidamente ao tema, embora importantes considerações sobre o assunto sejam feitas ao longo de toda a obra.

Assim, e a despeito do menor espaço dedicado por Milton Santos às implicações da teoria para os esforços de planificação, a premissa da qual parte o presente artigo é precisamente a de que a teoria

3 É Santos ([1979] 2008, p. 11) quem afirma que “gostaria de ir mais longe no que diz respeito à planificação, mas, no decorrer da redação, isso me pareceu prematuro”.

4 O livro foi originalmente publicado na França, em 1975, sob o título de “L’espace partagé: les deux circuits de l’économie urbaine des pays sous-développés”. Sua primeira edição no Brasil data do ano de 1979, já com o título de “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”.

dos circuitos não possui apenas uma dimensão analítico-científica, capaz de elucidar as realidades urbano-regionais do “Terceiro Mundo”, mas também detém uma dimensão técnico-política que permite reconhecê-la como um paradigma importante para pensar o planejamento urbano e regional.

Ademais, a opção metodológica por pensar o planejamento a partir de uma região em específico deu-se pelo fato de que as particularidades manifestas nessa escala espacial expressam-se também nos sistemas de fluxos econômicos que conformam a produção, a distribuição e o consumo urbanos, imprimindo aos circuitos da economia verdadeiras feições regionais (MONTENEGRO, 2012b).

Nesse sentido, a Amazônia é tomada aqui como referencial empírico a partir do qual as reflexões são empreendidas, dada a importância assumida pelas articulações mútuas entre os circuitos na estruturação do espaço regional e também em face das feições por eles assumidas quando mediados pelas particularidades amazônicas. Essa permeabilidade da teoria miltoniana à dimensão do particular desponta, à maneira do que propôs Trindade Jr. (2010), como um potencial para passar do reconhecimento da urbanodiversidade regional ao fomento de políticas urbanas igualmente diversas.

Para a consecução da pesquisa foi considerada, além das obras de Milton Santos, uma amostra qualitativamente representativa de trabalhos selecionados com base em três critérios, quais sejam: a) a Amazônia como referencial empírico da análise; b) a fundamentação na teoria dos circuitos da economia urbana; e c) a presença de subsídios para pensar o planejamento urbano e regional.

A amostragem foi realizada a partir do conjunto de teses de doutorado e dissertações de mestrado inventariadas no âmbito de um levantamento bibliográfico mais amplo e sistemático que se propõe a analisar os desdobramentos interpretativos do legado teórico de Milton Santos na produção acadêmica de Programas de Pós-Graduação brasileiros, especialmente daqueles que detenham significativo potencial de nucleação do pensamento miltoniano<sup>5</sup>.

O artigo está organizado em duas seções principais, seguidas das considerações finais. A primeira seção apresenta uma breve introdução da proposta central da teoria dos circuitos da economia, procurando apresentá-la como uma formulação na qual as escalas intraurbana, urbano-regional, interurbana e extrarregional são concebidas de maneira integrada. Por seu turno, a segunda seção, composta de quatro subseções, aponta alguns elementos importantes sugeridos pela teoria em referência para pensar o campo do planejamento urbano e regional na Amazônia, a partir de trabalhos que nela se fundamentam para a leitura do espaço amazônico. Por fim, as considerações finais buscam revisar os resultados alcançados e apontar elementos importantes para a continuidade da reflexão empreendida no presente artigo.

## O URBANO E O REGIONAL NA PERSPECTIVA DA TEORIA DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA

Mais de quarenta anos após a publicação de “L’espace partagé” (1975) por Milton Santos, a teoria dos circuitos da economia urbana permanece inspirando estudos e pesquisas no

---

5 O levantamento bibliográfico é empreendido no interior do projeto de pesquisa “Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social”, sob coordenação do Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (NAEA/UFPA) e desenvolvido com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade do governo brasileiro voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Brasil e no mundo. Pode-se mesmo dizer que o legado dessa obra funda, mesmo que à revelia do seu próprio autor (CONTEL, 2014), uma escola de estudos urbano-regionais assentada na proposição da existência de uma segmentação das economias urbanas dos países subdesenvolvidos em dois circuitos distintos de produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços.

A ideia central apresentada por Santos ([1979] 2008) consiste em que a seletividade do impacto das modernizações tecnológicas nos subespaços periféricos – tanto no nível da produção quanto no do consumo – e as profundas desigualdades sociais e geográficas que caracterizam o espaço dos países do Terceiro Mundo repercutem nos respectivos aparelhos econômicos, que assim se vêem pressionados a se segmentarem em dois subsistemas ou circuitos, cada qual responsável por fluxos próprios de fabricação, circulação, distribuição e consumo que definem a dinâmica intraurbana e as relações urbano-regionais e interurbanas das cidades.

Diferenciados quanto a uma série de características próprias a cada um, explicitadas no Quadro 01, os dois circuitos da economia urbana permitem compreender as cidades dos países subdesenvolvidos como espaços nos quais coexistem atividades produtivas e formas de consumo extremamente desiguais entre si.

Quadro 01 – Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

<b>Características</b>	<b>Circuito superior</b>	<b>Circuito inferior</b>
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade e qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (haggling)
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não-institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Santos ([1979] 2008, p. 44).

Segundo Santos ([1979] 2008), cada circuito é definido pelo conjunto de atividades realizadas em certo contexto e pelo setor da população que a ele se liga pela atividade ou pelo consumo. O circuito superior é resultado direto da modernização tecnológica e dele fazem parte tanto as atividades diretamente tributárias de tais modernizações quanto as pessoas que delas se beneficiam. Embora também resultado do mesmo processo de modernização – daí a inadequação da denominação de “circuito tradicional” –, o circuito inferior é um produto indireto, como que um subproduto não-planejado e frequentemente indesejado da mesma. São as atividades que não se beneficiam, total ou parcialmente, dos progressos técnicos recentes, as responsáveis por animar o circuito inferior, verdadeiro abrigo para amplas parcelas da população excluídas das formas de consumo modernas.

Enquanto as atividades do circuito superior tendem a incrementar a composição orgânica<sup>6</sup> de seus respectivos capitais, liberando uma força de trabalho desprovida dos meios de produção que constituem a condição de sua objetivação, o circuito inferior – no qual o capital variável é muito mais relevante que o capital constante – abriga essa imensa massa urbana empobrecida mediante uma extrema divisão do trabalho, um elevado fracionamento das atividades e uma pulverização das pequenas empresas que lhe garantem a condição de um circuito autoinflacionário (SANTOS, [1979] 2008).

Embora os circuitos da economia digam respeito ao aparelho econômico das cidades, a teoria dos circuitos não é uma proposição de escopo exclusivamente intraurbano. De fato, os dois subsistemas conformam tanto a dinâmica interna das cidades quanto delineiam as suas relações externas, com a região ou sub-região na qual se inserem e com núcleos urbanos extra-regionais mais ou menos longínquos (SANTOS, [1979] 2008). Daí a possibilidade de reconhecer a teoria em referência como um paradigma para os estudos urbano-regionais.

Na perspectiva intraurbana, os circuitos da economia ajudam a explicar fenômenos tão diversos e importantes quanto o desemprego e o subemprego; a terciarização e a pobreza; a formação de monopólios e a pulverização de atividades de pequena dimensão; a busca desenfreada por dinheiro líquido e o endividamento; a dependência do setor externo e a inovação local; a transferência de recursos e reinvestimentos e a circulação monetária local; os mecanismos de formação dos preços e as políticas de desenvolvimento urbano. Trata-se, portanto, de uma dimensão da teoria que contribui para elucidar os dinamismos internos das cidades em seus aspectos econômicos, sociais, laborais, políticos e mesmo culturais.

Igualmente importante, porém menos frequentemente ressaltada, é a contribuição da teoria dos circuitos na perspectiva urbano-regional e interurbana. Para além da organização do espaço intraurbano, os circuitos da economia também são decisivos na macroestruturação do espaço (SANTOS, [1979] 2008) dos países subdesenvolvidos. Fenômenos macrorregionais e mesmo nacionais, tais como os urban fields ou zonas de influência urbanas; as desigualdades regionais e a colonização interna; as migrações e as “macrocefalias” urbanas; a mobilidade diferencial e o significado da rede urbana; as relações cidade-região e a integração a um

---

6 A composição orgânica do capital (coc) é dada pela razão entre capital constante (k) e capital variável (v) e expressa, portanto, a proporção com que o capital investe em meios de produção (trabalho morto) e em força de trabalho (trabalho vivo). O aumento da composição orgânica do capital corresponde, assim, ao incremento das forças produtivas via modernização tecnológica (MARX, [1867] 2013).

sistema mundial de relações são reavaliados sob uma nova ótica a partir do reconhecimento da segmentação das economias urbanas em dois circuitos.

No contexto histórico em que formulou a teoria em referência, Santos ([1979] 2008) considerou que as atividades de alcance regional estavam divididas entre os dois circuitos da economia. Por um lado, o circuito inferior tinha na cidade e na sua região imediata os seus espaços de atuação preferenciais, por vezes os únicos a que poderiam almejar; por outro lado, os elementos “puros” do circuito superior, dentre os quais se destacavam as indústrias urbanas, os comércios e os serviços modernos, também concorrem para a oferta de atividades regionais.

No entanto, a projeção extra-regional era privilégio do circuito superior<sup>7</sup>, particularmente dos seus elementos “impuros”, que se aproveitam das vantagens locais da cidade, mas manipulam o essencial de suas atividades em escalas espaciais superiores, para onde dirigem os seus outputs (SANTOS, [1979] 2008). Nessa categoria estão incluídas as indústrias e comércios de exportação, assim como os bancos que atuam como traços de união entre as atividades modernas de uma cidade e as aglomerações maiores no País ou no exterior.

Ademais, Santos ([1979] 2008) também apontou a existência de formas “mistas” caracterizadas pelo estabelecimento de laços funcionais com os dois circuitos da economia urbana. Enquanto os atacadistas tanto mais compõem o circuito superior quanto maior o volume global de negócios que realizam no circuito inferior, os transportadores exercem conexões entre os circuitos no interior de uma mesma cidade, entre duas cidades e entre a cidade e o campo.

É possível, portanto, conceber essa dupla dimensão da teoria dos circuitos a partir da perspectiva da economia política da cidade e da urbanização. A dimensão intraurbana da teoria diz respeito, sobretudo, à economia política da cidade, isto é, à “forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade” (SANTOS, [1994] 2012, p. 114). A dimensão urbano-regional e interurbana, por seu turno, contribui para o estudo da economia política da urbanização, que “leva em conta uma divisão social do trabalho, que dá, com a divisão territorial do trabalho, a repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície de um país” (SANTOS, [1994] 2012, p. 114).

Em suma, é preciso reconhecer que a teoria dos circuitos da economia não se restringe ao âmbito intraurbano, mas também oferece importantes insights sobre as relações urbano-regionais e interurbanas. Mais do que isso, a teoria proposta por Milton Santos parece sugerir que essas dimensões são, na verdade, indissociáveis. De fato, como afirma o próprio autor, há uma relação de reciprocidade “entre a cidade, como ela se organiza materialmente, e a urbanização, como ela se faz” (SANTOS, [1994] 2012, p. 114).

O intraurbano, o urbano-regional, o interurbano e o extra-regional são, mais do que escalas espaciais, relações socioespaciais correlatas cujas articulações mútuas são contempladas pelo aporte teórico elaborado pelo geógrafo baiano e, atualmente, refinado e atualizado por diversos autores (MONTENEGRO, 2012a).

---

7 Embora a projeção extra-regional ainda seja, majoritariamente, um atributo do circuito superior, é preciso reconhecer que o período da globalização tem implicado no alargamento dos circuitos espaciais produtivos aos quais se vincula o circuito inferior.

## **PENSANDO O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL NA AMAZÔNIA À LUZ DA TEORIA DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA**

Tendo em vista o supramencionado potencial analítico da teoria dos circuitos da economia, a presente seção pretende apontar alguns elementos e subsídios importantes oferecidos por estudos e pesquisas fundamentados nessa proposição teórica para o campo do planejamento urbano e regional na Amazônia.

### **O urbanismo hegemônico e a pobreza urbana na Amazônia metropolitana**

Pobreza e circuito inferior estão reciprocamente relacionados. De fato, as baixíssimas rendas e as disparidades geográficas fazem com que porções significativas das populações urbanas de países subdesenvolvidos estejam excluídas das formas modernas de consumo e só possam ter acesso aos bens correntes “por intermédio de um sistema de distribuição particular frequentemente completado por um aparelho de produção igualmente específico e que é uma resposta às condições de pobreza da grande massa da população” (SANTOS, [1979] 2008, p. 196).

Embora a existência de um circuito inferior da economia urbana seja um fenômeno comum às cidades do mundo subdesenvolvido, suas manifestações não são as mesmas em toda parte. Da mesma forma que a pobreza não pode ser definida igualmente em todos os lugares, as formas de produção e as modalidades de distribuição e consumo variam consideravelmente segundo a região considerada, assim como também variam as condições físico-territoriais e o substrato sociocultural oferecidos por cada meio geográfico. Montenegro (2012b) propôs entender essa diversidade territorial que caracteriza o circuito inferior como a manifestação de feições regionais por ele assumidas quando mediado pelas particularidades próprias a essa escala geográfica.

Com o intuito de apreender algumas das feições regionais do circuito inferior na Amazônia metropolitana, Montenegro (2012b) aponta pelo menos três elementos importantes do dinamismo da economia pobre na cidade de Belém (PA), quais sejam: a) o entrelaçamento entre o circuito inferior e circuitos espaciais de produção de alcance regional; b) a grande quantidade de feiras e mercados permanentes que garantem uma contínua imbricação entre conteúdos urbanos e rurais; e c) o elevado grau da divisão do trabalho, o fracionamento do capital e a dinamicidade de uma economia assentada nos centavos.

Na Amazônia, a densa rede hidrográfica que caracteriza o meio geográfico regional possibilita ao circuito inferior a extrapolação dos limites do intraurbano e a articulação com diversos circuitos espaciais de produção de alcance regional. Os portos, os trapiches e as feiras dispostos ao longo da orla de Belém são compreendidos por Montenegro (2012b) como verdadeiras “portas” cujas densidades comunicacionais e de fluxos permitem a hibridização, na própria cidade, entre conteúdos urbanos e rurais, metropolitanos e ribeirinhos.

Das ilhas do entorno e dos Municípios da hinterlândia de Belém, adentram o pescado e os produtos hortifrutigranjeiros que abastecem as feiras livres, os mercados, os pequenos comércios e as “baiúcas” da cidade, especialmente naqueles bairros detentores dos mais representativos conteúdos ribeirinhos. No sentido inverso, remédios, produtos industrializados, serviços diversos e bens correntes são fornecidos pela capital às comunidades do entorno regional. Desse modo, uma intensa relação cidade-região aí se estabelece por intermédio do circuito inferior.



Nesse mesmo sentido, questionando a teoria dos lugares centrais, Santos ([1979] 2008) propôs que a influência territorial das aglomerações urbanas nos países subdesenvolvidos divide-se entre os dois circuitos da economia. Assim, cada cidade teria duas zonas de influência (urban fields) de dimensões diferentes, variáveis em função da posição ocupada pela aglomeração no interior da rede urbana.

Essa proposição assume grande relevância no que concerne à Amazônia, dado o já mencionado fato de que, nessa região, o circuito inferior ultrapassa amplamente os limites da aglomeração urbana por intermédio de sua articulação com circuitos regionais de produção. De certa forma, essa constatação contraria o apontamento de Santos ([1979] 2008) sobre a circunscrição do circuito inferior metropolitano aos limites urbanos da metrópole<sup>8</sup>, revelando o que parece ser uma particularidade amazônica a ser levada em consideração pelo planejamento urbano e regional, conforme será explicitado posteriormente.

Outra feição regional assumida pelo circuito inferior em Belém é a grande quantidade de feiras e mercados permanentes, algumas delas fisicamente associadas aos portos e trapiches, enquanto outras se distribuem nas ruas de bairros centrais e periféricos da capital paraense. Elegendo o tradicional Mercado do Ver-o-Peso, o Porto do Açaí, no bairro do Jurunas, e o bairro do Guamá como referenciais empíricos de sua reflexão, Montenegro (2012b) evidencia a densidade do circuito inferior aí presente, manifesto na intensidade dos fluxos; na hibridização de conteúdos rurais e urbanos; no dinamismo dos circuitos residencial e “de rua”; na multiplicidade de ocupações e serviços; na densidade das interações simbólicas e interpessoais; e também na acelerada circulação de dinheiro líquido entre as atividades e as pessoas.

Santos ([1979] 2008) já havia notado que a busca desenfreada por dinheiro líquido é uma característica marcante do circuito inferior, destacando a sua ação como “lubrificante” nas engrenagens desse circuito. Indo ao encontro dessa asserção, Montenegro (2012b) destaca que a escassez de capital, tão típica do circuito em referência, também se manifesta, em Belém, na forma de uma economia fracionada em todas as suas dimensões, a saber: fracionamento das mercadorias, fracionamento das ocupações e, em última instância, fracionamento do dinheiro.

O fracionamento das mercadorias, mediante a venda a retalho, possibilita o consumo corrente e imediato das populações urbanas empobrecidas. O fracionamento das ocupações, por seu turno, garante uma multiplicidade de ofícios e tarefas a serem executadas por esses mesmos segmentos populacionais, incluindo os barqueiros, os atravessadores, os carregadores, os feirantes, os marreteiros e outras atividades em uma extrema divisão do trabalho que garante oportunidades de ocupação e renda. Por fim, o fracionamento do dinheiro é expresso no dinamismo de uma “economia dos centavos” (MONTENEGRO, 2012b) que proporciona tanto o “capital de giro” para as atividades aglomeradas nas feiras e nos bairros periféricos de Belém quanto os recursos monetários para a subsistência familiar mensal. Reforça-se, assim, o caráter autoinflacionário do circuito inferior e reafirma-se o seu papel de abrigo para amplas parcelas da população urbana.

É notável, portanto, a relevância da atuação do circuito inferior na orla da cidade de Belém, tanto no que diz respeito à dimensão intraurbana quanto para o entorno regional. No entanto,

---

8 Naquele momento, Santos ([1979] 2008) considerou que o circuito inferior só apresentava amplo raio de influência, ultrapassando amplamente os limites da aglomeração, nas cidades locais.

em vez de garantir a continuidade do importante papel social desempenhado por esse circuito e mitigar as condições de penúria e precariedade da infraestrutura coletiva no contexto da qual opera, o planejamento e a gestão direcionados a essa porção do espaço urbano belenense têm priorizado intervenções urbanísticas que, rearranjando o meio construído local, também alteram a composição relativa dos circuitos da economia ali atuantes.

Representativo de um urbanismo hegemônico (MONTENEGRO, 2012b), o projeto Portal da Amazônia, da Prefeitura Municipal de Belém, inclui a reurbanização e a modernização da infraestrutura da orla sul dessa cidade, com a realização de obras de macrodrenagem, a duplicação da Avenida Bernardo Sayão, a construção de calçadões e áreas de esporte e lazer. Nesse planejamento estratégico da capital paraense, o rio é reduzido à condição de componente da “imagem da cidade” – a ser apresentada a investidores e turistas – em detrimento das dimensões funcionais e simbólicas fomentadas cotidianamente pelos agentes do circuito inferior da economia.

Poder-se-ia perguntar se a mudança da infraestrutura física necessariamente acarreta transformações nas composições relativas dos circuitos da economia urbana. Trata-se, em um plano mais abstrato, da relação entre forma e conteúdo. Em importante reflexão sobre as modalidades do planejamento capitalista no Terceiro Mundo, Santos ([1979] 2007) reconheceu na utilização das formas geográficas uma nova ferramenta de expansão do capital no espaço, mediante pelo menos três estratégias de planificação urbana, a seguir expostas:

1. a implantação de novas formas, anteriormente meros suportes da estrutura, mas agora geradoras de novas funções que lhes são específicas.
2. a substituição de funções já existentes por outras mais “funcionais” em termos capitalistas, através da ação direta sobre antigas formas que são extirpadas e substituídas por novas.
3. a execução de projetos de planejamento aparentemente isolados mas que, contudo, visam ao mesmo alvo: acelerar a modernização capitalista e frustrar, se necessário, projetos nacionais de desenvolvimento (SANTOS, [1979] 2007, p. 189).

Não é recomendável, portanto, considerar as formas como algo de imutável, inerte ou desprovido de vida. Em verdade, desde que estão inseridas no espaço geográfico, são já formas-conteúdo, carregando consigo uma fração da totalidade social (SANTOS, [1996] 2014). Essa lição de Milton Santos é de grande importância para pensar o papel das formas no planejamento urbano e ajuda a entender a indissociabilidade entre o meio construído (forma) e a composição relativa dos circuitos da economia (conteúdo).

De fato, as três estratégias apontadas pelo autor podem ser vislumbradas no urbanismo hegemônico de que fala Montenegro (2012b). Não apenas novas formas (calçadões, áreas de lazer, dentre outras) induzem renovadas funções ou as formas antigas (pequenos portos, trapiches e baiúcas, por exemplo) dão lugar a novas, mas os próprios projetos de planejamento que têm se direcionado à orla da cidade nas últimas décadas apresentam-se como iniciativas isoladas, a despeito dos interesses comuns que lhes são subjacentes.

### **O circuito superior marginal e os tempos lentos na Amazônia**

Diversos são os âmbitos da vida amazônica nos quais se explicitam a relevância social dos tempos lentos (SANTOS, [1996] 2014), cujos transcurso imprimem ritmos particulares

aos homens e às coisas, em coexistência simultaneamente conflitante e confluyente com tempos mais rápidos. Conforme aponta Bicudo Jr. (2006), a produção e a distribuição de medicamentos na região constituem, decerto, um dos mais representativos exemplos dessa interpenetração de temporalidades que confere um movimento próprio às atividades e aos fluxos na Amazônia. Operando distantes das extensões luminosas mais contínuas da Região Concentrada, os pequenos laboratórios e distribuidores de medicamentos que atuam na região constituem um subsistema de ações que conforma uma porção marginal do circuito superior da economia<sup>9</sup>.

Diz-se do circuito superior “puro” que sua integração com os contextos locais é usualmente restrita, produtora de um espaço reticular e fragmentado, pois que não baseado na contiguidade territorial. O mesmo já não pode ser dito absolutamente do circuito superior marginal por, pelo menos, duas razões, a primeira delas correspondendo ao fato de que sua produção atende a uma necessidade social de produtos mais baratos – no caso tratado, a necessidade de medicamentos baratos, cujos custos finais não carreguem o peso de atividades de pesquisa, de equipamentos modernos, profissionais qualificados e fórmulas e conhecimentos farmacológicos sofisticados.

A segunda razão é que o superior marginal, cujo acesso às modernizações é menos rápido, integra-se mais aos lugares e, diferentemente da seletividade espacial do superior “puro”, faz um uso mais completo e contínuo do meio construído local devido ao fato de que é nele que se encontram, frequentemente, as soluções de produção e distribuição menos dispendiosas. Híbridas, as ações desse subcircuito econômico se utilizam tanto das formas modernas e velozes quanto daquelas envelhecidas e lentas.

Tal é a situação dos pequenos laboratórios e distribuidores de medicamentos na Amazônia, cujas ações fazem um uso mais completo dos contextos locais da região. Prenhes de densidade comunicacional<sup>10</sup>, esses contextos locais produzem endogenamente uma informação comum e banal, além de um sistema de normas consuetudinárias e menos rígidas, próprias da relação de vizinhança, que reafirmam a importância dos rios no transporte e na integração entre as aglomerações urbanas amazônicas. Daí a utilização dos tradicionais fluxos fluviais de mercadorias, como alternativa mais barata e morosa oferecida pelo meio geográfico local, para expedição de medicamentos no interior da região (BICUDO JR., 2006).

A coexistência e a interpenetração de tempos rápidos e lentos na Amazônia manifestam-se, assim, nas ações híbridas desses laboratórios e distribuidores que recorrem tanto aos fluxos mais tradicionais e lentos da navegação fluvial quanto a nexos mais modernizados, precisos e verticalizados como é o caso dos transportes aéreos. É Bicudo Jr. (2006) quem

---

9 Para Santos ([1979] 2008, p. 103), a atividade de fabricação do circuito superior da economia possui uma porção marginal, constituída de “formas de produção menos modernas do ponto de vista tecnológico e organizacional”. Complementarmente, Bicudo Jr. (2006) reafirma o caráter híbrido desse subcircuito econômico, expresso na coexistência de duas racionalidades espaciais, a saber: a racionalidade instrumental, mais típica dos agentes do circuito superior “propriamente dito”, e a racionalidade comunicacional, mais comum nas ações vinculadas ao circuito inferior.

10 A densidade comunicacional é definida por Santos (1999) como aquela engendrada no tempo plural do cotidiano partilhado e também no tempo conflitual da copresença. É no espaço banal, locus do acontecer solidário e da interdependência obrigatória, que se dão as relações intersubjetivas que estão na base desse tipo de densidade. Em suma, essa noção é capaz de aferir – mais qualitativa que quantitativamente – a densidade das relações comunicacionais que são diretamente resultantes do meio geográfico ambiente.

reafirma essa particularidade amazônica, ao assinalar a existência de distribuidores, como a Imifarma (Belém-PA), que recorrem a transportadores atuantes nas vias terrestre, fluvial e aérea para a expedição de medicamentos no Pará, no Amazonas e no Amapá.

Ademais, mesmo os medicamentos produzidos por grandes laboratórios multinacionais submetem-se, na região amazônica, ao intercurso com pequenos distribuidores que operam com o transporte fluvial. Demonstra-se, assim, na ação desses agentes marginais do circuito superior na Amazônia, a comunicação entre escalas temporais amplas e estreitas (BICUDO JR., 2006), entre tempos rápidos e tempos lentos.

No entanto, é preciso que se diga que falar em coexistência de temporalidades díspares não significa escamotear as hierarquias e conflitos existentes entre elas. Santos (1991) já propunha que passamos dos tempos justapostos aos tempos superpostos, com isso querendo dizer que, no período atual, “os tempos lentos são referidos aos tempos rápidos” (SANTOS, [1996] 2014, p. 267), consagrando a hegemonia dos últimos sobre os primeiros.

É nesse sentido que devemos entender que a dominância dos tempos lentos na Amazônia, a exemplo dos ritmos da produção e distribuição de medicamentos, não significa sua hegemonia, pois que os agentes marginais ressentem-se de uma distância geométrica – agravada pela referência aos tempos mais velozes das empresas multinacionais –, tecnológica e também de um distanciamento em relação aos canais de representação (BICUDO JR., 2006). A coexistência de tempos rápidos e de tempos lentos não deve obscurecer, assim, as novas hierarquias impostas à região amazônica em um período no qual um relógio mundial único e despótico (SANTOS, [1994] 2013b) busca impor seu ritmo à totalidade da sociedade e do território.

De estudos como o de Bicudo Jr. (2006) é possível apreender a potencialidade da teoria dos circuitos para a superação da análise regional clássica – tanto econômica quanto geográfica – que tanta importância atribui à ideia de produto regional e, como corolário, à produtividade das grandes empresas, concebidas como motores privilegiados da dinâmica econômica. Diferentemente, a aplicação da teoria dos circuitos à produção e distribuição de medicamentos na Amazônia sugere que, mais importante que incrementar o produto regional, é fomentar aquelas atividades que favorecem a dinâmica do lugar e da região, compondo organicamente o meio comum, a despeito de sua menor representatividade em termos contábeis.

Assim, não obstante o que parecem sugerir os grandes aglomerados estatísticos tradicionalmente utilizados pelas análises econômicas clássicas, os pequenos laboratórios e distribuidores de medicamentos na Amazônia possuem, quando considerado o conjunto de suas ações, grande relevância na definição de contextos locais e urbanos. Por conseguinte, como propõe Bicudo Jr. (2006), a valorização destes circuitos marginais e das práticas tradicionais fitoterápicas e curativas locais às quais se associam passa pelo estabelecimento de um novo conjunto de normas; não daquele que atualmente emana da ordem global e impõe estrangulamentos aos agentes marginais, mas de um sistema de regulações alternativas que “serão tanto mais perfeitas quanto mais comportarem certo grau de indeterminação, em respeito às diversidades, às temporalidades” (BICUDO JR., 2006, p. 262) e que nos permita falar em um “direito à lentidão e à particularidade” que faz tanta falta à prática do planejamento urbano e regional na Amazônia.

## Enclaves exportadores, integração local e desenvolvimento regional

Quando da realização dos estudos sistemáticos sobre a urbanização em países subdesenvolvidos que o levariam à formulação da teoria dos circuitos da economia, Santos ([1979] 2008) identificou a existência de dois processos dominantes de industrialização (tipos A e B) e de dois subsistemas ou redes urbanas correlatas (tipos 1 e 2).

Por um lado, uma industrialização voltada para o mercado interno (tipo A) tendia a se concentrar nas metrópoles nacionais, em razão do tamanho da cidade e do mercado consumidor potencial, da oferta de infraestruturas nacionais e regionais e da existência de economias externas e externalidades indispensáveis à operação das indústrias aí compreendidas; por outro lado, uma industrialização voltada para o mercado externo (tipo B) caracterizava-se pelas tendências dispersionistas, podendo – e às vezes preferindo – a instalação em escalões inferiores da rede urbana, uma vez que as indústrias de exportação precisavam contar apenas com algumas vantagens locais das cidades (infraestruturas locais, externalidades a baixo custo e mão de obra barata, por exemplo) e podiam prescindir das infraestruturas e condições gerais de produção metropolitanas.

Em consonância com os dois tipos de industrialização supramencionados, Santos ([1979] 2008) propôs reconhecer que as redes urbanas dos países subdesenvolvidos eram compostas por dois subsistemas ou redes superpostas, quais sejam: um subsistema que compreendia cidades que contavam com os dois tipos de industrialização (subsistema 1) e outro que incluía cidades que dispunham apenas do tipo de industrialização voltada ao exterior (subsistema 2).

A despeito de reconhecermos a necessidade de atualização deste esquema, em particular de algumas proposições de Milton Santos acerca do subsistema 1, propõe-se aqui que muitos de seus apontamentos sobre o subsistema 2 permanecem pertinentes e importantes para a compreensão de dinâmicas urbano-regionais, inclusive daquelas manifestas na região amazônica.

Como já mencionado, o subsistema 2 compreende as aglomerações de diferentes escalões da rede urbana que dispõem única ou predominantemente do tipo de industrialização voltada ao mercado externo (tipo B). As indústrias modernas de exportação e reexportação podem se permitir um relativo nível de flexibilidade localizacional e de descentralização espacial, uma vez que necessitam apenas de algumas vantagens comparativas locais – frequentemente fornecidas pelo Estado – e podem dispensar as complexas infraestruturas regionais ou nacionais de que dispõem as grandes metrópoles.

Santos ([1979] 2008) foi enfático ao destacar as distorções que desempenham essas atividades industriais extravertidas nas economias nacionais. Se, por um lado, a importância atribuída ao Produto Nacional Bruto e aos supostos efeitos multiplicadores da industrialização impelem o Estado a fornecer, dispendiosamente, as condições gerais de produção necessárias às suas operações lucrativas, por outro lado, as “contrapartidas” por elas oferecidas são escassas ou mesmo negativas, tendo em vista o baixo nível de integração com a economia nacional e a inserção em um sistema mundial de relações.

As cidades compreendidas nesse subsistema urbano acabam por não dispor de autonomia no exercício da atividade dominante ali instalada ao sabor das necessidades de uma região matriz, localizada no País ou no exterior. Além disso, embora possa melhorar a produtividade e reduzir os custos gerais de produção da região de onde provém a demanda, as interrelações e encadeamentos produtivos locais são escassos, tanto em função do baixo nível geral de industrialização local quanto do direcionamento extravertido dos *inputs* e *outputs* produzidos.

Como não dependem de um mercado local, mas são criadas no plano de um mercado internacional, essas indústrias de exportação podem se instalar fora das regiões economicamente mais dinâmicas do País. De fato, Santos ([1979] 2008) aponta a tendência de localização dessas atividades em regiões consideradas “deprimidas”, de fraco desenvolvimento industrial, beneficiando-se dos programas de desenvolvimento regional a elas direcionadas. Daí é possível compreender o caráter de enclave por elas assumido e a consequente produção, nas cidades onde se instalam, de uma:

[...] distorção entre cidade e espaço circundante, pelo fato de este não poder contribuir para a realização da atividade principal da cidade e de esta última, devido ao próprio nível de sua atividade, não ter condições de repercutir sobre a região [...] Como as atividades modernas implantadas nas cidades com função dominante não têm relações com as outras atividades urbanas, tende a se formar um amplo circuito inferior [...] Só o circuito inferior mantém relações com as atividades regionais, já que o nível tecnológico das atividades modernas instaladas nas cidades com função dominante suprime toda possibilidade de troca com os elementos preexistentes do meio regional (SANTOS, [1979] 2008, p. 341-343).

Os apontamentos supramencionados permanecem muito pertinentes para uma leitura crítica das políticas de desenvolvimento regional pretéritas e presentes na Amazônia. Ajudam a explicar, por exemplo, o limitado impacto obtido pelos *spread effects*<sup>11</sup> previstos pela teoria de François Perroux sobre as hinterlândias dos núcleos urbanos eleitos como polos de crescimento na Amazônia, parcialmente em razão dos *linkages* notadamente verticalizados estabelecidos pelos grandes projetos instalados nessa região desde meados do século XX (SERRA, 2003).

Nas décadas de 1970 e 1980, os incentivos fiscais e creditícios e os investimentos infraestruturais para criação de economias externas e de aglomeração foram direcionados principalmente para empreendimentos agrominerais e industriais “capital-intensivos”, cujos *linkages* produtivos (matrizes insumo-produto), laborais (mercado de trabalho utilizado) e consumptivos (mercado consumidor atendido) foram estabelecidos prioritariamente com localidades distantes, frequentemente extra-regionais, em detrimento do trabalho e do consumo locais. Constituíram-se, assim, em verdadeiros enclaves, dada a frágil articulação local e o alto nível de inserção em um sistema mundial de relações (SANTOS, [1979] 2008).

Ademais, o fato de serem intensivos em capital, característica central das atividades integrantes do circuito superior da economia (SANTOS, [1979] 2008), fez desses empreendimentos verdadeiros poupadores de mão de obra, a despeito da elevada demanda por postos de trabalho decorrentes dos intensos fluxos migratórios induzidos e “espontâneos” para a região. Assim, em uma relação dialética, a implantação das atividades “capital-intensivas” nos polos de crescimento engendrou, nos seus interiores e nas periferias circundantes, a inflação do circuito inferior da economia (SANTOS, [1979] 2008).

O legado das políticas de desenvolvimento regional na Amazônia, demasiadamente centradas no incentivo a grandes empreendimentos do circuito superior da economia, repercute ainda hoje, nos incentivos estatais de todo tipo e nas pesquisas parcelares sobre a dinâmica socioeconômica da região. Daí a importância da teoria dos circuitos na promoção de análises também atentas para a relevante atuação dos circuitos inferior e superior marginal no contexto amazônico.

11 Segundo Serra (2003), os *spread effects* são efeitos propulsores gerados pelos polos de crescimento, tais como incrementos na renda e no emprego e melhorias internas ou externas à firma motriz.

Um importante esforço nesse sentido foi realizado por Lima (2006) no tocante à dinâmica do comércio exterior paraense, setor sobre o qual a maioria dos estudos oficiais e acadêmicos tende a incorrer em análises centradas nos grandes empreendimentos exportadores e na composição da pauta de exportações. Com vistas a romper com essas leituras parciais da realidade paraense, o autor opta por um enfoque analítico que permita distinguir as atuações qualitativamente diferenciadas dos agentes que animam as exportações paraenses.

Assim fundamentado, Lima (2006) reconhece um primeiro grupo de empresas exportadoras que correspondem, majoritariamente, àqueles empreendimentos que se consolidaram a partir dos grandes projetos instalados na Amazônia. Caracterizadas pela associação de capitais nacionais, estatais e transnacionais, pela tecnologia intensiva, pela alta produtividade e pelo elevado volume exportador, essas empresas tendem a receber grande atenção por parte de diagnósticos e de iniciativas estatais de fomento, pois são frequentemente concebidas como essenciais ao desempenho econômico do Estado do Pará.

Indo de encontro ao que denominou de análises tradicionais ou recorrentes, Lima (2006) demonstra a frágil integração dos grandes empreendimentos exportadores à economia estadual e as profundas distorções daí decorrentes, tais como: a) a não internalização das divisas geradas, uma vez que os contratos de câmbio costumam ser fechados nas matrizes das empresas, localizadas fora do Estado; b) a fraca movimentação monetária, restrita, quando muito, aos pagamentos salariais e aos custos e despesas do empreendimento; c) a não interação no seio das atividades produtivas locais; d) a instabilidade de uma atividade dependente das flutuações da taxa de câmbio e dos preços das commodities no mercado internacional; e) a deterioração dos termos de intercâmbio das *commodities*, que tenta ser compensada mediante a maximização das plantas industriais e a adoção de técnicas de gestão de recursos humanos, geradoras de externalidades ambientais e sociais negativas; e f) o grande volume de incentivos fiscais e subsídios para instalação desses empreendimentos em território paraense.

Eis as “empresas na região”, denominação conferida por Lima (2006) aos enclaves exportadores que, embora possuam instalações no espaço regional, mantêm para com ele relações superficiais, pautadas na espoliação de seus recursos naturais. Para além desses agentes, e mesmo como uma alternativa a eles, o autor aponta a existência das “empresas da região”, caracterizadas pelas composições locais e “locais migrantes” dos capitais, pela reduzida tecnologia e utilização intensiva de mão de obra, bem como pela baixa produtividade e exportação variável e irregular.

Compondo uma porção marginal no setor do comércio exterior paraense, as “empresas da região” compensam parte das exportações não efetivadas no Pará pelas “empresas na região”. Pelo menos três fatores importantes no tocante ao desenvolvimento regional são destacados por Lima (2006) na atuação desses agentes marginais, quais sejam: a) a receita gerada pelas exportações efetivadas no Estado representa um fluxo de produção horizontal e vertical importante nas cadeias produtivas de diversos segmentos econômicos, com efeitos indiretos advindos das interrelações setoriais; b) a relevância que assumem no âmbito das economias municipais, com expressivas repercussões nas gerações de renda e de postos de trabalho; e c) a maior interação com os produtos e os conhecimentos tradicionais da região.

Diante desse diagnóstico, Lima (2006) considera urgente inverter as prioridades que têm orientado as políticas públicas municipais e estaduais na Amazônia, excessivamente voltadas ao circuito superior da economia, no sentido de fomentar o grupo de empreendimentos marginais cujas exportações de fato resultam na internalização de benefícios. O estímulo assim

conferido às “empresas da região”, no entanto, não deve ser feito nos moldes dos atuais subsídios unilaterais ofertados às “empresas na região”; pelo contrário, Lima (2006) destaca a necessidade de investimentos passíveis de aproveitamento generalizado pela sociedade e de incentivos à diversificação produtiva, à agregação tecnológica e à responsabilidade socioambiental das “empresas da região”, de maneira a que possam se constituir em agentes impulsionadores de um genuíno desenvolvimento local e regional na Amazônia.

Também no sentido de destacar a importância assumida por agentes marginais em contextos locais e regionais amazônicos, Louzada (2017) analisa a possibilidade da adoção da compra compartilhada pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no Município de Belém, como instrumento capaz de fomentar a contratação sustentável, a inovação no planejamento das compras públicas e o desenvolvimento em escala local. Amparadas em legislação federal que prevê tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs), as IFES podem privilegiar a compra diretamente destes agentes do circuito inferior e do superior marginal nos processos licitatórios, assumindo com isso que o poder de compra governamental deve ser orientado por responsabilidades para com o desenvolvimento socioambiental local.

Para Louzada (2017), o estímulo conferido, na forma de incremento da receita financeira, a esse conjunto de agentes mais organicamente imbricados com a dinâmica socioeconômica municipal pode engendrar importantes externalidades positivas, tal como a geração de emprego e renda na localidade e, por conseguinte, o aumento da arrecadação municipal, retroalimentando a capacidade da Administração Pública realizar novos investimentos produtivos locais.

Assim, tanto Lima (2006) quanto Louzada (2017) evidenciam o tratamento privilegiado usualmente conferido ao circuito superior da economia na elaboração teórica e nas políticas públicas governamentais na Amazônia e apontam para as possibilidades abertas ao desenvolvimento local e regional a partir de outras racionalidades econômicas e espaciais, notadamente daquelas animadas por agentes do circuito inferior e do superior marginal das economias urbanas da região.

### **Novas relações cidade-campo e os conteúdos do urbano em espaços de modernização agrícola**

A emergência de um setor agropecuário globalizado e altamente tecnificado, animado por frações do capital que encontram sua reprodução ampliada no conjunto diversificado de atividades econômicas envolvidas na produção em escala de alimentos, commodities e agrocombustíveis, tem se consolidado como um dos processos socioespaciais mais significativos das últimas décadas no Brasil, principalmente no que diz respeito às suas repercussões nos padrões de ocupação territorial, na urbanização e na regionalização em território nacional.

Elias (2017) reserva a denominação de agronegócio globalizado para o conjunto de atividades primárias, secundárias, terciárias e quaternárias desenvolvidas por empresas agrícolas, agroindustriais, corporações agroalimentares e agroquímicas, bem como pelo capital financeiro, que puderam emergir a partir dos grandes investimentos públicos e privados em prol da reestruturação produtiva e dos incrementos de produtividade no setor agropecuário atuante no Brasil.

Considerando que a ampla difusão alcançada pelo agronegócio globalizado no território brasileiro nas últimas décadas, tanto em belts mais consolidados quanto em fronts de



expansão, é responsável pela irradiação do meio técnico-científico informacional no País, Elias (2017) defende que a análise desse processo é condição fundamental para a compreensão da urbanização, da municipalização e das reestruturações urbano-regionais recentes em diferentes porções do território nacional.

A despeito do que possa sugerir a denominação, o agronegócio globalizado não é uma atividade restrita aos espaços agrários ou ao setor primário da economia; pelo contrário, articula-se intimamente aos núcleos urbanos e aos setores industrial, comercial e de serviços. Nas regiões produtivas do agronegócio (ELIAS, 2017), alguns núcleos urbanos não-metropolitanos – desempenhando funções de pequenas e médias cidades – acabam por se adaptarem às demandas do campo modernizado, oferecendo infraestruturas de armazenamento e escoamento, sediando as grandes corporações, alocando as indústrias, ofertando a mão-de-obra qualificada ou não e oferecendo os serviços especializados, os insumos e as máquinas agrícolas indispensáveis à agropecuária tecnificada.

Santos e Silveira ([2001] 2012) denominam de “cidades do campo” aqueles núcleos urbanos intermediários que se constituem como intérpretes da técnica e do mundo, suprimindo imediata e proximamente o campo modernizado dos conteúdos técnicos, científicos e informacionais de que necessita. Ainda, os autores apontam que essa “demanda de racionalidade” acaba por especializar as funções urbanas, contribuindo para uma diversificação socioeconômica da respectiva população, de modo que às antigas personalidades que dinamizavam as “cidades dos notáveis” superpõem-se novas profissões, ocupações e camadas sociais que conferem o perfil das “cidades econômicas” (SANTOS, [1993] 2013a).

Na Amazônia, a imbricação do agronegócio globalizado em expansão com esse perfil específico de cidade e de urbano é compreendida por Trindade Jr. (2015) como uma expressão do processo de urbanização difusa que irradia seletivamente a modernização do território para além dos espaços metropolitanos. Em decorrência, a rigidez hierárquica das redes urbanas tradicionais é abalada por “curtos-circuitos” que permitem, por exemplo, que uma moderna área de produção agrícola encontre resposta imediata às suas demandas na cidade média mais próxima que, por seu turno, articula com as metrópoles nacionais e mercados internacionais, sem passar necessariamente pela intermediação das metrópoles regionais. Essas cidades são, em grande parte:

[...] centros urbanos intermediários da rede urbana, que se alçam à condição de cidades médias. Com importantes papéis sub-regionais, essas cidades constituem-se também boas expressões da urbanização difusa que hoje se faz presente na região, em razão dos conteúdos urbanos que nelas se expressam. Dizem respeito a cidades cujo papel logístico é central, no sentido de estabelecer conexões a diferentes modais de transporte e de redes de comunicação, e cuja infraestrutura, comércio e serviços instalados são concebidos para atender a demandas corporativas ligadas a commodities de grande aceitação nos mercados globais e que, por esse motivo, também exercem relativa pressão no ambiente da floresta (TRINDADE JR., 2015, p. 102).

Destarte, Elias (2017) compreende ser possível apreender a íntima articulação da atividade agropecuária moderna às cidades médias e pequenas próximas mediante uma análise das transformações quantitativas e qualitativas por que passam os circuitos da economia urbana, os quais revelam, assim, tanto os novos conteúdos urbanos de que fala Trindade Jr. (2015), quanto às renovadas relações cidade-campo que se delineiam nas regiões produtivas do agronegócio.

Um esforço de pesquisa nesse sentido foi realizado por Trindade (2015), em estudo acerca dos impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém (PA), uma importante cidade média da Amazônia oriental. Demonstrando o adensamento do circuito superior vinculado ao agronegócio da soja, bem como os desafios com os quais se defrontam os segmentos do circuito inferior diretamente afetados pela nova dinâmica agrária do espaço santareno, a autora aborda a expansão do agronegócio globalizado de grãos na Amazônia sob uma perspectiva frequentemente negligenciada, a saber: a das implicações desta atividade econômica nas cidades próximas aos espaços rurais modernizados.

Conforme aponta Trindade (2015), a implantação do terminal graneleiro da multinacional Cargill S/A em Santarém, no ano de 2003, impulsionou novos segmentos comerciais e de serviços na cidade, adensando o circuito superior ali atuante. Embora ligadas majoritariamente às necessidades da produção de soja – a exemplo das indústrias de exportação, dos comércios de máquinas e veículos pesados, de peças para o segmento agrícola, de insumos diversos, de defensivos agrícolas, de colheitadeiras, pulverizadores e serviços especializados –, as novas atividades que passaram a compor o circuito superior da economia dessa cidade também se vinculam a outros setores modernos, incentivados pelo maior dinamismo econômico e demográfico alcançado por Santarém, como as lojas de departamento, os *shopping centers* e as *franchisings*. Em conjunto, estas novas atividades do circuito superior são responsáveis por inserir a cidade de Santarém em circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação de abrangência extrarregional.

O papel do planejamento e da gestão urbanos na superação dos obstáculos impostos pela conflituosa chegada da Cargill em Santarém, em meio a protestos e mobilizações de associações locais e entidades internacionais, foi notável; confirmando o que afirmou Santos ([1979] 2008) a respeito das muitas formas de apoio oferecidas pelo Estado ao circuito superior, Trindade (2015) expõe como a atuação do poder público, no nível da gestão municipal, agiu no sentido da legitimação da multinacional perante a população e, nos níveis estadual e federal, viabilizou sua implementação através de créditos bancários institucionais. Assim legitimados e viabilizados, a atuação da Cargill e a expansão do agronegócio da soja implicam na expropriação de pequenos agricultores de suas terras, na extinção ou fragilização de comunidades rurais, na pressão de uma crescente população urbana sobre a infraestrutura e os serviços da cidade e, por conseguinte, na proliferação de loteamentos, condomínios e novas residências em comunidades do entorno da BR-163 (TRINDADE, 2015).

A despeito das novas relações cidade-campo engendradas pelo agronegócio globalizado em Santarém, modalidades outras de articulação e imbricação entre os conteúdos urbanos e rurais subsistem, ainda que com dificuldades, mediante os “canais” oferecidos pelo circuito inferior da economia urbana santarena. Interessada também nos impactos da produção e circulação de grãos nesse circuito, Trindade (2015) estuda as feiras da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN), cujos trabalhadores são também pequenos produtores das áreas rurais do Município.

Além das implicações da contaminação dos cultivos e dos animais de pequeno porte por químicos advindos das plantações de soja adjacentes, comprometedoras da qualidade dos produtos alimentícios ofertados nas feiras, a autora também identifica como impacto direto da atividade graneleira no circuito inferior as estratégias de marketing empresarial da Cargill junto à APRUSAN, mediante doações, reformas e campanhas de incentivo à produção de outros tipos de grãos, a exemplo do milho.

Outro estudo que evidencia os novos conteúdos urbanos em cidades impactadas pela modernização agropecuária é oferecido por Nunes (2015). Com o intuito de elucidar a relação cidade-região a partir da perspectiva da interação entre cidade e floresta em um núcleo urbano alçado à condição de importante centro sub-regional e profundamente impactado pelo avanço das fronteiras econômicas sobre o sudeste paraense desde a década de 1960, a autora analisa as feiras livres e as feiras de exposição de Marabá (PA) à luz da teoria dos circuitos da economia e demonstra as relações diferenciadas por elas mantidas com seu entorno geográfico, assim como as metamorfoses pelas quais vêm passando nas últimas décadas.

A partir do estudo de três feiras livres (feiras das Laranjeiras, da Vinte e Oito e do Pequeno Agricultor) situadas em três núcleos diferentes da Marabá polinucleada (núcleos da Cidade Nova, da Nova Marabá e da Velha Marabá, respectivamente), a autora reconhece importantes atributos do circuito inferior da economia urbana, dentre os quais se destacam: a) o trabalho intensivo de feirantes e pequenos agricultores, incluindo até mesmo as crianças como força de trabalho no cuidado com os produtos alimentícios e no descarregamento dos caminhões; b) a “pechinha” e o crédito pessoal, sob a forma do “fiado”, possibilitados pelas sociabilidades próximas entre feirantes e frequentadores; c) a formação de pequenos estoques; d) a densidade comunicacional “boca-a-boca” como forma única de publicidade; e) a frequente reutilização e improvisação dos bens em um contexto no qual o meio construído é precário e, por conseguinte, pouco dependente de overhead capital; e f) a capacidade autoinflacionária que permite às feiras oferecer trabalho e renda aos feirantes e pequenos agricultores, além de uma possibilidade de obtenção de produtos alimentícios a um menor preço que os praticados pelas redes de supermercado locais, como o Mateus e o Colina (NUNES, 2015).

Não obstante a manutenção de características essenciais do circuito inferior, as feiras livres de Marabá revelam também importantes metamorfoses que enfraquecem, ou mesmo negam, a relação cidade-floresta no sudeste paraense. À exceção da feira do pequeno agricultor, na qual a identidade entre as figuras dos feirantes e as dos pequenos agricultores garante a continuidade das interações entre a cidade e a floresta, as outras duas feiras analisadas expressam um alargamento dos circuitos espaciais produtivos aos quais está vinculado o circuito inferior.

Durante os dias de semana, a totalidade dos feirantes das feiras das Laranjeiras e da Vinte e Oito são citadinos e a maioria dos produtos alimentícios comercializados – oriundos de grandes produtores agrícolas do Centro-Oeste, Nordeste e Centro-Sul do Brasil – são obtidos por meio de grandes atravessadores ou mesmo através das redes de supermercados locais. Enfraquece-se, assim, a relação cidade-floresta na medida em que o circuito inferior é incorporado a circuitos espaciais produtivos comandados pelo circuito superior, reproduzindo a dominação do segundo sobre o primeiro<sup>12</sup>. Nunes (2015) demonstra, assim, que a manutenção de relações privilegiadas com a sua região – característica anteriormente generalizada nas atividades do circuito inferior –, é relativizada atualmente na região amazônica, mesmo em contextos não metropolitanos.

Por outro lado, a análise da Exposição Agropecuária de Marabá (EXPOAMA) permite à autora a identificação das feiras de exposição enquanto componentes do circuito superior marabaense, pois detentoras de importantes atributos que lhe são característicos, a saber:

12 A dependência e a subordinação do circuito inferior em relação ao circuito superior em face da capacidade deste último em controlar a economia “por inteiro” eram já destacadas como vulnerabilidades do circuito

a) o denso conteúdo técnico-científico e informacional dos objetos presentes, orientados para auxiliar atividades agropecuárias que possuem na negação da floresta uma condição de possibilidade; b) a presença de créditos bancários institucionais disponibilizados por bancos públicos que fomentam o agronegócio na região, a exemplo das linhas de crédito a baixos juros ofertadas pelo Banco da Amazônia (BASA) e pelo Banco do Brasil (BB); c) a burocracia como característica-chave da organização financeira das empresas presentes; d) a padronização e homogeneização da paisagem, dado o “ar de familiaridade” desta feira de exposição com outras distribuídas pelo território brasileiro; e) a reprodução ampliada do capital como objetivo central; f) a presença de grandes estoques, preços fixos e margem de lucro reduzida por unidade, mas significativa pelo volume total de negócios; g) importância da publicidade e da propaganda, sendo estas um dos principais objetivos das empresas participantes da feira de exposição; h) a quase nula reutilização de bens e a grande importância do *overhead capital*; e i) a manutenção de relações fracas com o entorno imediato e privilegiadas com mercados distantes, de onde são importadas as tecnologias patenteadas e de onde são oriundos, em última instância, os comandos e os fatores determinantes dos preços dos produtos das atividades agropecuárias.

O tratamento diferenciado dispensado pelo Estado aos circuitos superior e inferior é também evidenciado por Nunes (2015). No tocante às feiras de exposição, os governos estaduais e municipais têm investido no comodato do Parque de Exposição de Marabá ao Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá (SPRM) e nas obras de seu entorno, enquanto o governo federal, mediante as ações dos bancos públicos e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) têm financiado o desenvolvimento e o consumo de equipamentos e utensílios voltados ao agronegócio. Mesmo se tratando de atividades dotadas de frágeis responsabilidades territoriais – a exemplo da extinção da Feira de Indústria, Comércio e Arte de Marabá (FICAM) quando da crise do mercado internacional em 2008 –, as ações do Estado, nos níveis municipal, estadual e federal, têm se voltado ao fomento destes segmentos do circuito superior. Contraditoriamente, a autora demonstra a insuficiência das iniciativas municipais voltadas às feiras livres, as quais, mesmo quando existentes, tendem a incentivar somente as atividades agrícolas em detrimento das práticas extrativistas e agrofloretais. Assim, diante de uma ação conjugada de agentes do circuito superior e do Estado em prol da modernização do território marabaense, o circuito inferior conhece metamorfoses profundas ao mesmo tempo em que também abriga resíduos irredutíveis aos termos da racionalidade econômica e burocrática.

É assim que, atuando sobre os dois circuitos da economia urbana e metamorfoseando o meio construído das cidades, a agropecuária modernizada e o agronegócio globalizado constituem, atualmente, variáveis incontornáveis à análise dos próprios espaços urbanos. Tendo isso em vista, seria possível, então, reconhecer nesses subespaços amazônicos a emergência – mesmo que não plena – daquilo a que Elias (2017, p. 8) chamou de região produtiva do agronegócio, isto é, “um recorte espacial formado por modernos espaços agrícolas, extremamente racionalizados, e por espaços urbanos não metropolitanos” que expressam nós, pontos ou manchas do meio técnico-científico informacional? Em reconhecendo isso, quais seriam algumas das implicações dessas novas configurações socioespaciais que precisariam ser levadas em conta nos estudos e nas práticas no campo do planejamento urbano e regional na Amazônia?

Em primeiro lugar, é preciso que o planejamento regional supere uma consolidada, porém obsoleta, concepção da região como um subespaço duradouro, mais ou menos autônomo

e cujos limites se consolidaram organicamente ao longo de séculos de formação histórica. Como ensina Santos ([1996] 2014), a globalização não elimina as regiões, mas as redefine profundamente como suportes e condições de relações globais que de outra forma não se realizariam e, ainda, como lugares funcionais do todo, de tal maneira que:

na caracterização atual da região, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição (SANTOS, [1996] 2014, p. 285).

As regiões produtivas do agronegócio são exemplos por excelência dos novos arranjos regionais no período da globalização e impõem grandes desafios ao planejamento regional, uma vez que se constituem enquanto espaços corporativos e “regiões do fazer” no contexto de uma Divisão Territorial do Trabalho mundialmente delineada (SANTOS, 1995; ELIAS, 2017). O sentido etimológico da palavra região é, assim, colocado em xeque na medida em que se conforma como o espaço de realização de um fragmento de circuitos espaciais de produção globais; fragmento esse que se restringe à parcela técnica da produção, enquanto o comando político encontra-se alhures, esvaziando-a da regulação da própria vida regional.

O primeiro desafio a ser enfrentado pelo planejamento regional e urbano, portanto, está na recuperação do comando político sobre as próprias dinâmicas regionais (SANTOS, 1995). Trata-se de restituir à região as condições de sua própria regulação mediante uma ação política que desafie as verticalidades que fogem ao controle das sociedades regionais e locais e as tornam vulneráveis a interesses frequentemente distantes.

Por outro lado, trata-se também de reconhecer nas regiões agrícolas modernizadas e nas relações urbano-rurais funcionais ao agronegócio exemplos de horizontalidades que reproduzem, localmente, as finalidades impostas de fora. Esses nexos horizontais são animados, sobretudo, pelos agentes do circuito superior da economia que oferecem os inputs ao agronegócio globalizado e recebem também os seus outputs. Portanto, as horizontalidades que precisam ser fortalecidas são aquelas que incrementam a coesão da vida local e regional e que, muitas vezes, são engendradas pela ação dos agentes do circuito inferior da economia urbana.

Nas regiões produtivas do agronegócio, o campo modernizado acaba por ser o locus preferencial dos capitais constantes novos e das horizontalidades e verticalidades que têm na ciência, na técnica e na informação as suas bases materiais. A regulação do campo torna-se, assim, mais difícil na medida em que a composição orgânica desses espaços é incrementada, assegurando uma rigidez funcional cada vez maior. Já a cidade “se recusa” à difusão plena do capital novo, sendo o espaço onde se podem associar diversos capitais e diversos trabalhos, pois:

os capitais fixados se instalam duravelmente nas cidades, mas, desde que envelhecem, podem ser operados sem maior submissão aos atores econômicos e sociais hegemônicos, e muitas atividades urbanas podem desse modo escapar à regulação direta desses atores [...] Na cidade, as localizações que se opõem a essa racionalidade, as áreas “irracionais” do ponto de vista da modernidade, assemelham-se àquilo que os planejadores chamavam, nos anos 70, de brechas. Essas brechas tecnológicas recentes são numerosas e há que estudá-las no seu próprio contexto (SANTOS, 1993, p. 39).

As feiras livres estudadas por Trindade (2015), em Santarém, e por Nunes (2015), em Marabá, parecem constituir, portanto, excelentes exemplos das supracitadas “brechas”, fragmentos do espaço urbano que resistem à difusão do capital hegemônico e que, em verdade, representam também a resistência dos sujeitos do campo. O planejamento urbano deve, portanto, investigar as possibilidades do Estado na condução dessas “irracionalidades” presentes na cidade, buscando ver nelas uma razão a decodificar (SANTOS, 1993).

Ademais, as cidades médias – como é o caso de Santarém e Marabá – acabam por também assumir o papel de gestoras locais e regionais da fração técnica da agricultura modernizada realizada nas regiões produtivas do agronegócio. No entanto, guardam esses núcleos urbanos a potencialidade para a reivindicação da fração política que atualmente lhes é usurpada. Da experiência comum de subordinação aos fatores externos, dos constrangimentos da política local face às políticas nacionais e internacionais, pode emergir um processo mais amplo de produção de ideias políticas:

como, na própria região, os atores têm, objetivamente, em virtude de suas atividades específicas na divisão do trabalho, diferenças de interesse e de visão, cria-se uma produção local, “mista”, “matizada”, contraditória, de ideias. É nessas condições que são gestadas visões do mundo, do país e do lugar elaboradas na colaboração e no conflito [...] Na verdade, o papel das cidades médias no processo político é não apenas limitado e incompleto, mas confusamente percebido. No entanto, essas cidades produzem ideias políticas derivadas do próprio processo da produção direta [...] As cidades médias constituem, desse modo, verdadeiros fóruns regionais, um lugar de debate entre preocupações mais imediatas e desígnios mais amplos [...] (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012, p. 283-284).

Daí afirmar Santos (1993) que as cidades médias podem ser o locus de um novo tipo de planejamento, especialmente nas regiões produtivas do agronegócio, onde assumem importante, embora incompleto, papel gestor. Encruzilhadas de verticalidades e horizontalidades, os papéis exercidos pelas cidades médias em novos planejamentos urbano-regionais ainda estão por ser completamente explorados, no âmbito da teoria e da prática política, mas devem necessariamente considerar uma mais adequada regulação das relações recíprocas entre os circuitos da economia urbana.

## CONCLUSÃO

O planejamento urbano e regional constitui um campo heterogêneo e conflituoso de agentes sociais implicados diferencialmente na teorização, nas pesquisas empíricas e na prática política, de natureza governamental ou não. Atualmente, com a sua consolidação como um campo inter/transdisciplinar de estudos (LACERDA, 2013), é cada vez mais reconhecido que a prática do planejamento em órgãos de governo, instituições e movimentos sociais deve estar acompanhada de uma necessária elaboração teórica capaz de enfrentar as novas realidades do urbano e do regional no período da globalização.

O presente trabalho pretendeu ser uma breve contribuição nesse sentido a partir da reflexão sobre os subsídios oferecidos pela teoria dos circuitos da economia, proposta por Milton Santos na década de 1970, para o campo do planejamento urbano e regional na Amazônia. Procurou-se evidenciar que essa formulação teórica não dissocia a escala intraurbana das escalas urbano-regional, interurbana e extrarregional, uma vez que os dois circuitos contribuem para a conformação tanto da economia política da cidade quanto da

economia política da urbanização. Ademais, o processo da globalização confere renovada importância a essa perspectiva na medida em que a organização interna das cidades – do trabalho, do capital e dos fatores produtivos – é crescentemente imbricada com a divisão social e territorial do trabalho em escalas espaciais mais amplas.

Além disso, a permeabilidade da teoria dos circuitos às particularidades regionais e a atenção por ela conferida a parcelas recorrentemente negligenciadas das economias urbanas reafirmam a sua importância, respectivamente, nos estudos regionais e na superação de leituras parcelares da realidade, que tendem a reduzir o econômico ao seu setor mais moderno. Essas duas qualidades analíticas demonstradas pela teoria dos circuitos sugerem uma destacada potencialidade para pensar o planejamento urbano e regional em um espaço como o amazônico, tantas vezes alvo de planificações homogeneizantes que apostam nos supostos efeitos multiplicadores e civilizadores do grande capital nacional e internacional.

A partir de trabalhos representativos para os objetivos aqui propostos, o artigo procurou apontar alguns elementos importantes para pensar o planejamento urbano e regional na Amazônia. A análise de Montenegro (2012b) a respeito das feições regionais do circuito inferior da economia nos portos, feiras e bairros periféricos de Belém não apenas lança luz sobre a relevância urbano-regional deste circuito na Amazônia como também aponta as conflituosas relações por ele mantidas para com estratégias de planejamento que, mediante transformações formais e funcionais do meio construído urbano, reforçam a consolidação de uma cidade corporativa.

Por seu turno, Bicudo Jr. (2006) oferece uma análise da importância do circuito superior marginal na produção e distribuição de medicamentos na região amazônica, em contraponto às tendências oligopolistas dos grandes laboratórios multinacionais. Híbridos, os agentes dessa porção marginal do circuito superior mantêm para com os contextos locais e regionais relações mais horizontalizadas e contínuas. O autor contribui, assim, para mostrar que o planejamento regional, particularmente em um setor tão sensível quanto o dos medicamentos, deve incorporar as particularidades e temporalidades próprias que dinamizam o espaço amazônico.

Outrossim, Lima (2006) também demonstra a relevância da atuação do circuito superior marginal no comércio exterior paraense mediante uma análise que desafia os estudos recorrentemente centrados no papel dos grandes empreendimentos exportadores como motores da economia estadual. Demonstra, assim, os problemas decorrentes do fomento e dos subsídios estatais oferecidos a essas “empresas na região” cujas atividades extravertidas pouco conseguem internalizar benefícios nos Municípios e no Estado. O autor aposta, assim, no incentivo qualificado às “empresas da região” como forma de internalização de divisas e de fomento à responsabilidade socioterritorial dos empreendimentos exportadores na Amazônia. Nesse mesmo sentido, Louzada (2017) aponta a potencialidade de agentes econômicos marginais na dinamização de contextos locais, notadamente municipais, a partir do estímulo a eles conferido por Instituições Federais de Ensino Superior, mediante novos instrumentos de contratação pública.

Por fim, Trindade (2015) e Nunes (2015) contribuem para o estudo de novos tipos de arranjos regionais que atualmente se impõem ao espaço amazônico na esteira de processos de modernização agropecuária. Analisando os impactos daí decorrentes nos circuitos da economia urbana de Santarém e Marabá, respectivamente, as autoras evidenciam os novos desafios para o planejamento urbano-regional em áreas de agronegócio globalizado e de

conformação de uma urbanização corporativa que tem nas “cidades do campo” suas expressões mais representativas. A despeito da força do capital hegemônico, as feiras livres da APRUSAN e as feiras do pequeno agricultor permanecem ainda como manifestações de horizontalidades cujos papéis políticos estão ainda por ser mais explorados.

Em suma, a reflexão empreendida nos limites deste artigo pretendeu apontar alguns elementos iniciais para pensar a contribuição da teoria dos circuitos da economia para o planejamento urbano e regional na Amazônia. No entanto, é ainda preciso avançar nesse empreendimento, tanto no tocante à necessidade de atualização das proposições teóricas apresentadas ainda na década de 1970 quanto no sentido de uma reflexão mais ampla e sistemática das contribuições do conjunto do legado intelectual de Milton Santos para o campo teórico-prático em referência.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BICUDO JR., E. C. *O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro*. 2006. 286f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CONTEL, F. Milton Santos. In: PÉRICAS, L. B.; SECCO, L. F. (Orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 393-409.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional. In: DESENVOLVIMENTO, CRISE E RESISTÊNCIA: QUAIS OS CAMINHOS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL?, 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2017.

LACERDA, N. O campo do planejamento urbano e regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 77-93, maio 2013.

LIMA, L. F. M. *Exportação paraense: enfoque analítico pela ótica das empresas exportadoras 1992-1997*. 2006. 185f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Mestrado em Economia, Universidade da Amazônia, Belém, 2006.

LOUZADA, E. F. *A compra compartilhada como possibilidade de contratação sustentável entre Instituições Federais de Ensino Superior no Município de Belém*. 2017. 144f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013. 894 p.

MONTENEGRO, M. R. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. *Revista Geográfica Venezolana*, Mérida, v. 53, n. 1, p. 147-164, jan./jun. 2012a.

MONTENEGRO, M. R. *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém*. 2012. 291f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012b.

NUNES, D. A. *Feiras livres & feiras de exposição: expressões da relação cidade-floresta no sudeste paraense*. 2015. 256f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 132 p. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, 1).

SANTOS, M. Por um novo planejamento urbano-regional. In: VELHAS E NOVAS LEGITIMIDADES NA REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO, 1993, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 1993.

SANTOS, M. O tempo nas cidades. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 21-22, out./dez. 2002.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E. E.; MAIA, M. L. (Orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *TERRITÓRIO*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 5-20, jan./jun. 1999.

SANTOS, M. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: SANTOS, M. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: EDUSP, [1979] 2007. p. 187-204 (Coleção Milton Santos, 3).

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, [1979] 2008. 440 p. (Coleção Milton Santos, 4).

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, [1994] 2012. 144 p. (Coleção Milton Santos, 14).

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, [1993] 2013a. 176 p. (Coleção Milton Santos, 6).

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5. ed. 1 reimpr. São Paulo: EDUSP, [1994] 2013b. 176 p. (Coleção Milton Santos, 11).

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 8. reimpr. São Paulo: EDUSP, [1996] 2014. 392 p. (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012 [2001]. 475 p.

SERRA, M. A. Development pole theory and the Brazilian Amazon. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 1-43, jan./mar. 2003.

SOUZA, M. J. L. O papel do planejamento e da gestão urbanos. In: SOUZA, M. J. L. *A prisão e a ágora: reflexão em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 149-182.

TRINDADE, G. O. *A cidade & a soja: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará*. 2015. 127f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TRINDADE JR., S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. *Cidades*, São Paulo, v. 7, n. 12, p. 227-255, 2010.

TRINDADE JR., S-C. C. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 93-106, 2015.